

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1000348-25.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Gilvan Guimarães Barbosa**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

GILVAN GUIMARÃES BARBOSA pediu a condenação de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS** ao pagamento de indenização correspondente ao seguro DPVAT, por lesão grave sofrida em acidente de trânsito ocorrido no dia 20 de novembro de 2016.

A ré foi citada e apresentou defesa, aduzindo a necessidade de retificação do polo passivo da lide, a ausência de documento essencial e a inexistência da incapacidade funcional alegada.

Apesar de intimado, o autor não se manifestou sobre a contestação.

O processo foi saneado, repelindo-se as preliminares arguidas.

Determinou-se a realização de exame médico-pericial, vindo para os autos o respectivo laudo, sobrevindo manifestação das partes.

É o relatório.**Fundamento e decido.**

Sustenta o autor padecer de incapacidade funcional decorrente de acidente de veículo automotor, com direito então à percepção da verba indenizatória prevista na Lei nº 6.194/74, atinente ao chamado Seguro DPVAT.

A indenização acaso devida decorre não apenas do sinistro, mas da existência de incapacidade funcional, o que induz a necessidade de avaliação pericial.

O laudo médico pericial conclui que *"o nexa causal é procedente quanto ao acidente de trânsito sofrido pelo autor em 20/11/16 (fls.23/26), contudo, bem como o quadro traumático relativo à fratura de rádio distal à esquerda (segmento não dominante), após tratamento cirúrgico devidamente instituído, confere ao autor sequela funcional grau leve no membro superior esquerdo. (...) Assim sendo, trata-se de sequela funcional no membro superior esquerdo (70%) com repercussão em grau leve (25%) que perfaz o valor contemplado conforme tabela DPVAT em R\$ 2.362,50 reais"* (fl. 272).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Nada nos autos infirma tal conclusão.

A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez (Súmula 474 do STJ).

O autor já foi indenizado administrativamente no valor de R\$ 1.687,50 (fl. 04), de modo que receberá a quantia de R\$ 675,00.

Nos termos da súmula 580 do Superior Tribunal de Justiça, *"a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso"*.


Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação (Súmula 426 do STJ).

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno a ré a pagar para o autor a importância de R\$ 675,00, com correção monetária desde a data do evento danoso e juros moratórios, à taxa legal, contados da época da citação inicial.

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, dos honorários periciais já adiantados e dos honorários advocatícios do patrono do autor fixados em 15% do valor da condenação.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 10 de agosto de 2018.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA